

**LEI Nº 3.618, DE 05 DE JANEIRO DE 2021**

**Revogada pela Lei Complementar nº 004/2022**

**~~AUTORIZA A CRIAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE GESTOR FINANCEIRO PARA ATUAÇÃO NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, AUTARQUIA MUNICIPAL INTITULADA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE ES IPASMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º**—~~Fica criado o cargo comissionado de Gestor Financeiro para atuação no Regime Próprio de Previdência Social, Autarquia Municipal intitulada Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre ES IPASMA.~~

**Art. 2º**—~~O Gestor Financeiro do RPPS terá as seguintes atribuições:~~

- ~~I. Acompanhar a Política Anual de Investimento~~
- ~~II. Desenvolver ações no sentido de alcançar rentabilidade igual ou superior à meta atuarial estabelecida para o RPPS do Município;~~
- ~~III. Zelar pelo cumprimento das normas relativas aos segmentos de aplicação e respectivos limites percentuais de alocação de recursos, nos termos das normativas do Banco Central do Brasil ou Conselho Monetário Nacional;~~
- ~~IV. Acompanhar, permanentemente, o cenário econômico, o desempenho dos diversos ativos financeiros e a rentabilidade das diferentes opções de investimento;~~
- ~~V. Dar publicidade a toda e qualquer decisão de investimento tomada, apresentando as devidas justificativas;~~
- ~~VI. Apresentar relatório semestral de suas atividades, ao final dos meses de junho e dezembro, o qual deverá ser remetido no mínimo, para os Conselhos Municipais do RPPS, órgãos representativos dos servidores públicos municipais e Poder Executivo;~~
- ~~VII. Apresentar, a todos servidores segurados, até o final do mês de março de cada ano, relatório anual demonstrando as ações executadas no exercício a que se refere à composição da carteira de aplicações do FPS, sua situação atuarial, bem como Política de investimentos para o ano subsequente.~~
- ~~VIII. Na hipótese de não obtenção de rentabilidade igual ou superior a meta atuarial, apresentar justificativas para tal, junto aos Conselhos Municipais de Previdência e Poder Executivo;~~
- ~~IX. Apreciar e sugerir em relação à proposta orçamentária do RPPS;~~
- ~~X. Prestar informações de cunha financeiro, relativas ao RPPS, a todo e qualquer segurado, quando solicitado;~~

- ~~XI. Examinar e emitir parecer sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;~~
- ~~XII. — Cumprir as exigências legais relativas à gestão financeira dos recursos do RPPS, em especial as emitidas pelas entidades do Sistema Financeiro Nacional;~~
- ~~XIII. — zelar pela correta aplicação da taxa de administração;~~
- ~~XIV. — Responder pela gestão financeira do RPPS de modo geral, inclusive frente a órgãos de fiscalização e controle;~~
- ~~XV. Solicitar opinião ao Comitê de Investimento quanto à execução da Política de Investimento do RPPS.~~
- ~~XVI. — Assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio cadastramento, conforme expressa a Portaria MPS 170, de 2012;~~
- ~~XVII. — Exigir da entidade credenciada relatório, no mínimo mensal, sobre a rentabilidade e riscos das aplicações;~~
- ~~XVIII. Realizar avaliação de desempenho das aplicações efetuadas por entidade credenciadas, no mínimo semestralmente;~~
- ~~XIX. Zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos do RPPS.~~

~~**Art. 3º** — O Gestor Financeiro será nomeado pela Diretora Executiva do RPPS, devendo ser titular da certificação de que trata art. 4º.~~

~~**Art. 4º** — A função de Gestor Financeiro somente poderá ser exercida por pessoa detentora de certificação em investimentos, Certificado CPA-10, emitido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).~~

~~**§ 1º** — O reajuste do vencimento do cargo apontado no Anexo I desta Lei será revisto na mesma data e pelos mesmos índices incidentes sobre os vencimentos dos servidores municipais.~~

~~**§ 2º** — Os recursos para pagamento da gratificação de que trata o caput serão provenientes da taxa de administração do RPPS.~~

~~**Art. 5º** — O Quantitativo de vagas ao cargo de Gestor Financeiro e o valor do vencimento correspondente fazem parte integrante do Anexo I da presente Lei.~~

~~**Art. 6º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

Alegre - ES, 05 de janeiro de 2021.

**NEMROD EMERICK - Nirrô**  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.

**ANEXO**

<b><del>QUANTITATIVO DE VAGAS</del></b>	<b><del>VALOR VENCIMENTO CADA VAGA (R\$)</del></b>
02	1.300,00